

## MOVIMENTO DOS PROFESSORES ESTADUAIS DA BAHIA: AS LUTAS DOS ANOS 80\*

Celma BORGES\*\*

**RESUMO:** A autora caracteriza neste artigo as principais lutas do movimento dos professores estaduais da Bahia, na década de 80. Na primeira parte, tece considerações sobre as reivindicações dos professores pela melhoria das condições de trabalho, de exercício profissional e pela qualidade de ensino. Na segunda, discorre sobre as transformações das principais formas de ação coletiva desencadeadas pelo movimento, no contexto de redemocratização da Bahia. Na terceira, analisa as formas de negociação mais freqüentes entre atores do movimento e do Estado, que polarizam relações conflitivas em torno das questões educacionais. Na conclusão, apresenta uma síntese dos resultados das lutas dos professores para avaliação do significado do movimento na construção e reconstrução das políticas educacionais na Bahia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimentos sociais, movimento professores, lutas por educação, ação coletiva, reivindicação professores.

Esse artigo analisa o movimento dos professores do Estado da Bahia, nos anos 80, abrangendo as lutas em torno das políticas educacionais realizadas pelos professores que lecionam nas escolas públicas de I<sup>o</sup> e II<sup>o</sup> graus da rede estadual de ensino.<sup>1</sup>

---

\* Artigo elaborado a partir da tese de doutorado “**Etat et participation populaire, relations de pouvoir, construction et reconstruction de politiques d’éducation au Brésil**”, apresentada em junho de 1997, à Université de la Sorbonne Nouvelle, Paris III e faz parte do conjunto de estudos sobre relações de poder, construção e reconstrução de políticas educacionais, desenvolvidos a partir de 1990, no Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia.

\*\* Professora Adjunto do Departamento de Educação I e dos cursos de pós-graduação da Faculdade de Educação e pesquisadora do Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia.

<sup>1</sup> Em 1991, a rede estadual da Bahia conta com 3.628 estabelecimentos de ensino, dos quais 725 localizam-se na zona rural do Estado e 405 na zona urbana de sua capital<sup>1</sup>. Os professores dessas escolas públicas totalizam 39.954 em todo o Estado, estando 9.072 em Salvador de acordo com os dados de 1991, do **Sistema Flash**, MEC/SAG/CPS/SEEC, Secretarias Estaduais de Educação.

Trata-se de um estudo subsidiado pela literatura sociológica, por entrevistas e pela análise qualitativa de matérias dos principais jornais da Bahia e de documentos internos do movimento.<sup>2</sup> As matérias dos jornais foram submetidas a um tratamento e classificadas a partir de várias categorias de análise tais como reivindicações, atores, instituições, formas de conflito, de ação coletiva e de negociações, extensão do movimento no tempo e no espaço social e, principais resultados das lutas.<sup>3</sup> Para complementar essas análises, foram ainda identificadas, nos mesmos jornais, informações sobre a realidade educacional baiana, que por seu turno, foram relacionadas a artigos e relatórios de pesquisadores educacionais.

Sem pretensões de esgotar o estudo desse movimento foi, desta forma, possível organizar este artigo, que se divide em quatro partes. A primeira aborda as reivindicações dos professores pela melhoria das condições de trabalho e de exercício profissional e pela qualidade de ensino. A segunda descreve as formas de ação coletiva do movimento dos professores. A terceira, discute as negociações realizadas entre os atores do movimento e o governo do Estado. E, por fim, a quarta parte apresenta as conclusões sobre os alcances dessas lutas pela construção e reconstrução das políticas educacionais no Estado da Bahia.

## AS REIVINDICAÇÕES

A articulação dos movimentos sociais, em diferentes níveis e em amplitudes diversas, vem a se fazer a partir de uma ou várias reivindicações coletivas, que se definem em função de carências comuns. É a diversidade das carências que permite aos movimentos sociais assumirem formas flexíveis de mobilização e organização das coletividades que, por

---

<sup>2</sup> Para o período de 1980 a 1992, e no quadro da temática privilegiada foram levantadas no jornal **A Tarde** 235 matérias e no jornal **Tribuna da Bahia** 278. De outro lado, ainda que de forma pouco sistemática, mas com o objetivo de clarificar alguns dados, foram também utilizadas algumas matérias publicadas pelo **Jornal da Bahia**, que também tratavam especificamente do movimento dos professores estaduais. Todas as informações foram armazenadas em um banco de dados qualitativo e informatizado e posteriormente analisadas.

<sup>3</sup> Agradecimentos são feitos aos que contribuíram para a coleta de dados necessária à realização deste trabalho.

seu turno, também são diversificadas, agem de forma rápida, e, diferindo de outras formas de organização social, fazem com que esses movimentos assumam um caráter efêmero (DURHAM, 1984, p. 26-27).

No entanto, para que uma reivindicação exista é necessário ou que uma carência de ordem econômica, política, social ou cultural não seja atendida, ou formulação de projetos de uma utopia. No primeiro caso, parte-se de uma situação específica para suprir lacunas e necessidades de bens materiais ou simbólicos. No segundo, há a reinvenção da realidade, referenciada em ideais impossíveis, surgindo, assim, ideologias, movimentos e novos valores (GOHN, 1997, p. 256).

Os atores do Movimento dos Professores Estaduais da Bahia, sem dúvida, lutam nos dois sentidos: no das demandas de carências não atendidas e na construção de uma utopia. Por toda a década de oitenta, eles denunciam, questionam, reivindicam, tentam negociar e têm uma longa história de lutas em torno da melhoria das condições de trabalho e do exercício profissional e da qualidade do ensino, que representam suas carências, bem como por um projeto social para educação, que constitui sua utopia. No contexto baiano, as carências parecem constituir a base mais ampla de suas demandas.

A reivindicação mais freqüente desses professores estaduais é a salarial. Efetivamente, seus salários são extremamente baixos, defasados em relação aos de outras categorias profissionais e seus reajustes não são condizentes nem com os índices inflacionários sempre elevados no País durante os anos oitenta, nem com as atividades desenvolvidas pelos professores nas escolas baianas.<sup>4</sup>

Além disso, a análise da política de contratação e de remuneração do magistério levanta o fato de que há distorções que levam alguns professores ao subemprego, como é o caso dos “regentes auxiliares”<sup>5</sup>, que

---

<sup>4</sup> A questão da defasagem do salário dos professores é histórica não só no Brasil. Em **A crise mundial da educação**, COOMBS (1976, p. 66) já assinalava que eles deveriam ser imediatamente aumentados.

<sup>5</sup> Em 1982, foram contratados pelo Estado 10.000 “regentes auxiliares”. **Jornal Tribuna da Bahia**, 23/7/82, p. 3.

percebem salários abaixo do mínimo de professor, embora desempenhem as mesmas funções que os demais contratados para a mesma função.

Não é sem razão, portanto, que o movimento dos professores reivindica constantemente o reajuste salarial, sendo que essa demanda varia<sup>6</sup> em média em torno de 148% para todo o período estudado. O contínuo não atendimento desta demanda faz com que os professores requeiram também antecipações salariais e reajustes semestrais e que sejam feitas reposições das perdas acumuladas, por vezes por um e até dois anos.

Paralelamente, na medida em que os professores passam a valorizar seus trabalhos, a identificar as disparidades nas formas de sua remuneração e seu movimento começa a se tornar mais forte, demandam eles a concessão e o estabelecimento de um piso salarial para a categoria.<sup>7</sup>

Em diferentes momentos, os professores buscam também a revisão da legislação que concede aumentos de 20% e 30% para atividades extraclasse; os pagamentos do 13º salário, de aulas suplementares ou de atividades complementares; ou de incentivos de 10%, por atividades de regência de turma (uma vez que não são todos os professores que estão em sala de aula); e, ainda, acréscimos sobre os salários, a título de gratificações, sejam elas por zona em que o professor trabalha, ou de 20%, para os professores que se deslocam para outros distritos, além do adicional por tempo de serviço (quinqüênios e anuênios). Pedem também a manutenção de vantagens salariais, em especial sobre aulas extraordinárias. E ainda, têm que se mobilizar para pagamentos atrasados seja de horas de atividades, das atividades suplementares que realizam, ou dos salários dos professores prestadores de serviços e dos que têm contratos emergenciais.

---

<sup>6</sup> No período 1980/1992, o limite mínimo é de 60% e o máximo de 200%.

<sup>7</sup> Se ao início da década, os professores buscam um piso salarial em torno de 2 e 3 salários mínimos, mais tarde este piso é colocado em termos de 5 salários mínimos, para ao final da década retornar ao patamar de 2 1/2 e 3 salários. Estas variações dos pisos salariais decorrem dos reajustes salariais, das perdas de poder aquisitivo no decorrer de um processo inflacionário absurdamente oscilante, por toda a década de oitenta.

De outro lado, reconhecem os professores que os trabalhos de sala de aula, com um elevado número de alunos por turma, em dois e as vezes três turnos, nas precárias condições das escolas, levam não só ao seu desgaste físico e psicológico como também ao desestímulo na manutenção da qualidade de seu trabalho. Reconhecimento este que justifica o encaminhamento de uma redução da carga horária por tempo de serviço, bem como a gratificação de 10% sobre o salário-base, a cada dez anos de serviço prestados no magistério estadual.

A modificação e inclusive a redução da carga horária dos professores efetivos, ou dos que são apenas contratados, têm vários significados neste contexto de reivindicações. Primeiro, o sentido de diminuição de uma extensa e cansativa jornada de trabalho escolar que se coloca, na época, em torno de 60 horas semanais.

Segundo, refere-se à modificação da relação hora trabalhada/salário/formas de contrato de trabalho, tendo a reivindicação, inclusive, abrangido mudanças dos contratos de 20 e 40 horas, das quais algumas horas sempre seriam reservadas para planejamento de aulas, reuniões pedagógicas e outras atividades complementares. Portanto, estas mudanças têm o significado de interferência na melhoria das condições de trabalho do próprio professor e na melhoria da qualidade de ensino prestado ao aluno. Finalmente, no caso dos professores efetivados e contratados adquire o significado de não permitir maiores desigualdades entre regimes de trabalhos e salários, evitando-se, com isso também, manipulações políticas nos processos de contratação, comuns nos períodos eleitorais.

No conjunto das reivindicações emerge ainda a preocupação pela regulamentação da aposentadoria por 25 e 30 anos de serviços, com a equiparação salarial entre professores ativos e inativos, como direito compensatório pelos longos anos de trabalho em condições adversas.

A moralização do ingresso na carreira do magistério, com o fim dos contratos emergenciais, a abertura de concursos públicos e contratação dos professores concursados são demandas que decorrem da própria

política de recrutamento, seleção e desenvolvimento de recursos humanos adotada pelo Governo do Estado da Bahia.

De fato, na história da Secretaria de Educação, raros são os concursos públicos para professor (BORGES, 1984). Para ingresso no magistério estadual pode ser exigido o diploma e associa-se a este a indicação política.<sup>8</sup> Além disso, existem os contratos “emergenciais”, que legalmente são utilizados quando situações problemáticas exigem a contratação imediata de pessoal. Estes contratos de caráter precário continuam sendo feitos por todos os anos oitenta, como recurso para a continuidade das contratações políticas, mesmo após a Constituição de 1988, que proíbe o ingresso no serviço público, em qualquer instância governamental, sem concurso público.

As várias formas de contratação ilegal dos professores propiciam cada uma delas níveis de exigência e de credenciamento para o exercício do magistério, extremamente flexíveis. Em 1987, o levantamento cadastral dos professores feito pela Secretaria de Educação<sup>9</sup> constata a existência de mais de 5 mil falsos professores. Dentre estes encontram-se motoristas, trombetistas, agentes de portaria, um sargento com curso de oficial por correspondência para suboficial, uma exímia datilógrafa, um especialista em mecanografia, e outras tantas pessoas, que nem sequer concluíram o Iº Grau. Todos eles contratados pelos governos anteriores, como professores não licenciados para ensinar nos cursos de Iº e até IIº Graus da rede estadual de ensino.<sup>10</sup>

Mas, o despreparo do professorado e sua desvalorização enquanto profissional da educação não se restringem à forma de admissão no magistério. Há também uma certa inoperância do governo no sentido de melhorar sua capacitação profissional.

---

<sup>8</sup> No caso do municipal, às vezes nem o diploma é exigido, como é demonstrado em um **Estudo da Formação dos Professores Primários** (BORGES, 1984).

<sup>9</sup> Jornais **Tribuna da Bahia** e **A TARDE** dos dias 22 e 23 de setembro de 1987.

<sup>10</sup> A nova Secretária de Educação exige, então, que apresentem diplomas ou autorizações para o exercício do magistério, demite os não habilitados e realiza concurso público para contratação de outros professores para estes mesmos cargos.

Em 1984, BORGES observa, em pesquisa realizada em Salvador, que a maioria dos professores estaduais de Iº e IIº Graus, possui no mínimo formação para o magistério a nível de IIº Grau de Ensino, sendo que boa parte prossegue seus estudos a nível universitário.<sup>11</sup> E, o mais grave é a constatação do despreparo teórico e metodológico destes professores. A história de vida deles também revela que grande parte pertence às classes populares, possui baixo poder aquisitivo e estudou em escolas públicas, permanecendo depois sem recursos para seu aprimoramento profissional.

Na verdade, uma vez formados e trabalhando, os professores quase não recebem apoio das Secretarias de Educação para realizar os cursos por elas oferecidos, porque o acesso a estes cursos é condicionado por critérios personalistas de prestígio, parentesco, ou amizade com diretores de escola, secretário de educação ou com algum outro político. Por outro lado, a simples indicação para cursos na capital, ou em outro estado, tem, em geral, também o sentido de complementação dos baixos salários através do recebimento de diárias. Disso tudo, decorre a freqüência de poucos professores aos cursos oferecidos, ou de alguns poucos a todos os cursos.

A preocupação do Movimento dos professores estaduais com a qualificação do magistério, em função de seus reflexos sobre a qualidade do ensino,<sup>12</sup> revela-se, por isso mesmo, em sua insistência na preparação do educador. Neste sentido, são feitas demandas para o oferecimento de cursos de reciclagem ou atualização, aperfeiçoamento e especialização, dados ou pela própria Secretaria Estadual de Educação ou por outras

---

<sup>11</sup> No caso do município de Salvador, o nível de formação dos professores é basicamente o IIº Grau. Além disso, dentre esses professores, nas periferias da cidade de Salvador, são encontrados alguns sem habilitação para o magistério e até sem o curso completo de Iº Grau. Estes dados são confirmados em 1991, pelo **Sistema Flash**, MEC/SAG/CPS/SEEC, Secretarias Estaduais de Educação.

<sup>12</sup> As lutas da **APLB** em relação à qualidade de ensino e também sobre as condições físicas e materiais das escolas da rede estadual são amplamente divulgadas pelo jornal **A Tarde** de 17/5/82, 18/5/88, 6/3/89, 9/2/90, 3, 11 e 14 de março de 1990, 24/7/90 e 31/5/91; o jornal **Tribuna da Bahia**, detalha estas lutas pelas condições do ensino especialmente em maior detalhe nas matérias de 28/6/88, 13/7/88, 16/2/89, 17/11/89; 6/3/90, 15/3/90, 25/3/90; 3/4/90, 25/4/90; 16/5/90, e 25/9/91.

instituições educacionais; ou, para o oferecimento de uma gratificação por nível de qualificação profissional, que incentive o professor a aprimorar-se profissionalmente, mesmo considerando-se que 70% do professorado estadual tem concluído o segundo grau, com habilitação para o magistério.<sup>13</sup>

A síntese destas reivindicações pela melhoria das condições de trabalho e do exercício profissional, talvez esteja expressa na demanda pela criação, revisão, regulamentação e aplicação do Estatuto para o Magistério, e no caso desta já ter sido feita, pela garantia de cumprimento desses direitos dos professores no exercício de sua profissão. De fato, esta é outra demanda contínua. O Estatuto chega a ser aprovado, após 1986, no período de redemocratização da Bahia, mas as mudanças nele inseridas pela Secretaria de Educação não atendem completamente aos interesses dos professores, ainda que sejam consideradas como meia vitória.

Muitas das reivindicações encaminhadas são prometidas, mas não cumpridas. O não atendimento das reivindicações culmina, por vezes, com a intervenção da Justiça do Trabalho. Nestes casos há momentos em que outras formas de ação têm quer ser realizadas. As marchas e contramarchas, as radicalizações dos conflitos por vezes levam à busca de ações mais agressivas para os problemas enfrentados, o que provoca por parte do movimento solicitações para reabertura de diálogo entre governo e professores e de demissão do secretário estadual de educação,<sup>14</sup> ou ainda de solução imediata da crise institucional face à ameaça de perda do ano letivo.

Na década de oitenta, apesar de a nível nacional já ser observada a redemocratização do País, persiste na Bahia, um contexto onde predominam lideranças governamentais ainda autoritárias. Desta forma, integra o conjunto das reivindicações do movimento o fim da repressão polí-

---

<sup>13</sup> Dados obtidos através do **Sistema Flash**, de informações educacionais informatizadas, do Ministério de Educação do Governo Brasileiro (MEC/SAG/CPS/SEEC-Secretarias Estaduais de Educação).

<sup>14</sup> **A Tarde** de 12/5/88. A esta época o período de redemocratização já estava instalado na Bahia.

tica e policial<sup>15</sup> aos professores, das perseguições e pressões por eles sofridas no decorrer de suas campanhas salariais e de meros encaminhamentos de outras reivindicações; há ainda a busca da não punição de professores grevistas, e de suspensão de outras medidas punitivas, tais como o corte de ponto, a suspensão de salários, as transferências de locais de trabalho, as advertências públicas, o afastamento de atividades e demissões.

A redemocratização da escola assim se impõe, no que diz respeito à liberdade de expressão, de posicionamento e de reunião nas unidades escolares e em outras dependências da Secretaria de Educação, nas praças públicas e nas ruas. Mas, estende-se também para a reivindicação de eleições diretas para diretores de escolas, tendo em vista a necessidade de rompimento da velha prática de nomeação política dos diretores, os quais em função de seus cargos serem considerados de confiança, acabam sempre, por isso mesmo, exercendo atividades que transcendem os limites administrativos.<sup>16</sup>

De outro lado, demandam também estes mesmos professores a transparência administrativa na Secretaria de Educação, como forma de impedir não só o beneficiamento político de alguns, com vantagens salariais, como também de inibir os descontos ilegais, que acobertam desvios de verbas, nos períodos eleitorais.

Na melhoria das condições de trabalho os professores estaduais buscam mais verbas para a educação, com a utilização de 25% do Orça-

---

<sup>15</sup> Especialmente **Tribuna da Bahia** de 13/11/86 dentre outras matérias e **A TARDE** de 19/5/82, e 2/8/91, também dentre outras matérias.

<sup>16</sup> Neste sentido, vale lembrar que a greve deflagrada pelo movimento dos professores em 1982, foi a mais violenta em termos de repressões político-ideológicas e policiais à ação grevista dos professores. Líderes do movimento são demitidos e transferidos das unidades escolares em que trabalham para outras regiões bem mais afastadas da cidade. A solidariedade dos demais professores e dos estudantes das escolas em que lecionam, faz com que o movimento dos professores cresça nas ruas e aumentem as tensões nas suas relações com o governo do Estado. Forças policiais armadas reprimem as manifestações. Seguem-se medidas como de corte de ponto, de suspensão de salários para todos os professores, além de outras pressões para suspensão da greve. Medidas estas sempre colocadas pelo governo como de caráter não punitivo mas, de interesse do ensino público e da comunidade, apesar de estarem sendo conduzidas até de forma personalizada, em alguns momentos. Sobre este episódio o **Jornal A Tarde** publica matérias nos dias 3, 4, 7, 8, 9, 11, 18, 30 de maio de 1982 e 3 de junho e 21 de julho do mesmo ano; o jornal **Tribuna da Bahia** dá maior cobertura a estas punições através das matérias publicadas nos dias 11, 12, 17, 19, 20, 21, 28, 29 e 31 de maio de 1982; e **Jornal da Bahia** de 11/5/82.

mento do Estado, o fim do rodízio escolar<sup>17</sup> e a melhoria das condições físicas e materiais das escolas, muitas das quais encontram-se em estado de degradação, sem qualquer conservação. É importante observar inclusive, que o estado de degradação das escolas é progressivo a partir de 1985, chegando a gerar campanhas públicas dos professores para adoção de medidas de emergência que pudessem reconstruí-las, restaurá-las e conservá-las.<sup>18</sup>

O conjunto das reivindicações dos professores expressa, portanto, carências que são reflexo da política estadual de educação. Evidencia a busca da cidadania e crescimento de consciência política e compromisso profissional, aos quais se associa a progressiva valorização da atividade do magistério na Bahia pelos próprios atores deste movimento.

### AS FORMAS DE AÇÃO COLETIVA

A organização dos movimentos sociais não se restringe a um conjunto de objetivos. Pressupõe um cenário em que há participação de indivíduos numa ação coletiva que está inserida numa situação social. Desta forma, os movimentos sociais podem se opor à submissão, às necessidades e aos interesses das grandes instituições, organizações e empresas, ou aos aparelhos de integração social e de manipulação cultural, na medida em que as experiências vividas por seus atores revelam as contradições e as necessidades de mudança (TOURAINÉ, 1980, p. 147).

Assim, a mobilização e organização coletivas são decorrentes de conflitos de interesses opostos nas relações de poder institucionalizadas,

---

<sup>17</sup> No Brasil, um recurso utilizado em vários estados da federação e, já há várias décadas, como forma de escolarizar um maior número de alunos, num mesmo espaço escolar, tem sido a utilização de 3 turnos de aulas. Assim, há crianças que freqüentam três horas de aula pela manhã e deixam a escola para que outros dois grupos, cada um em outras três horas, possam freqüentá-la. A capacidade de absorção do aluno pelo sistema escolar, cresce com esse recurso em 1/3, sem acréscimo de unidades escolares, mas com uma evidente queda no tempo de estudo e de sua qualidade. O sistema de rodízio é algo semelhante em termos de atingir a mesma finalidade. A diferença está no fato de que deixa-se cada turma com um dia de aula a menos por semana, de forma que sempre haverá uma sala vazia, para ser ocupada com uma nova turma. Tal sistema também compromete a aprendizagem dos alunos.

<sup>18</sup> Alude-se aqui às campanhas **S.O.S EDUCAÇÃO** e **EDUCAÇÃO e o CAOS** e aos plebiscitos realizados junto à comunidade sobre as condições das escolas. **A TARDE**, 11/3/89.

que levam seus atores a agirem politicamente. Neste sentido, essas ações são decorrentes de uma autodeterminação coletiva frente à realidade social. Autodeterminação que é orientada por fatores sócio-culturais, políticos ou econômicos, que contribuem para o processo de conscientização e, por conseqüência, para a vivência do conflito social (TOURAINÉ, 1980, p. 70-71).

De uma forma geral, os movimentos sociais estruturam-se nos níveis interno e externo, no último caso, estabelecendo rede de articulações (GOHN, 1997, p. 260). Em sua organização interna, o Movimento dos professores no início da década de oitenta usa mais a organização informal do que a formal. Progressivamente, a necessidade de formalização se estabelece, sendo então distribuídas funções, tarefas, cargos, etc. Em suas práticas formais utiliza-se de reuniões, assembleias, petições burocráticas, abaixo-assinados, congressos, eventos, greves. Nas informais, realizam-se acampamentos, encenações, passeatas-relâmpago, invasões, concentração em órgãos públicos, ocupações de escolas, secretarias ou outros prédios também públicos (GOHN, 1997, p. 260).

Em termos de dinâmica, como todo movimento social, o dos professores possui uma estrutura participativa, como conseqüência de seu próprio objeto e experiência de organização e luta. As formas, os níveis e os tipos de participação no movimento derivam em grande medida da força de suas metas em diferentes cenários da década de oitenta. E a participação, piramidal ou democrática, que ele assume, está relacionada com o conteúdo das lutas que desenvolve (CALDERÓN E JELIN, 1987, p. 76).

Com esta compreensão pode-se afirmar que o estudo das ações coletivas desencadeadas<sup>19</sup> pelo movimento dos professores estaduais, revela que na busca do atendimento de suas reivindicações, elas se tornam extremamente variadas e intensas. E, ainda que, elas se transfor-

---

<sup>19</sup> Sobre o conceito de ação coletiva Thévenot, L. (1990, p. 39-69) faz uma interessante análise em artigo intitulado *L'action qui convient*. Mas, é importante também referir as discussões em torno deste conceito realizadas tanto pela sociologia européia, como pela norte-americana nas décadas de setenta e oitenta. Neste sentido, cito especialmente os trabalhos referidos na bibliografia deste artigo e de autoria de: COHEN (1985); EDER (1985); EPSTEIN (1990); FEHER e HELLER (1982); HABERMAS (1981); HUYSSSEN (1982); JENKINS (1983); MAHEU (1983) MELUCCI, (1985); OFFE, C. (1985); PLOTKE (1990); TOURAINÉ, (1973, 1974, 1976, 1978, 1980, 1983, 1984, 1985).

mam, apresentando-se cada vez mais organizadas, interna e externamente, com práticas formais e sobretudo informais, cada vez mais ousadas, em alguns momentos mesmo mais agressivas, quando do enfrentamento dos conflitos abertos com o Estado.

Estas mudanças de atitude refletidas nas ações coletivas podem ser explicadas primordialmente pela consciência progressiva dos professores em relação a seu valor enquanto profissional numa situação social conflituosa, ou seja, por sua posição no quadro de uma situação social objetiva (EDER, 1985, p. 14).

Mas, vários outros fatores contribuem para essas mudanças. Em primeiro lugar, destacam-se a natureza dos conflitos com o Estado e a radicalização dos mesmos face às atitudes assumidas pelos governantes em relação às reivindicações e lutas dos professores, num cenário sócio-político em transformação. Em segundo, pelas mudanças nas formas internas de organização do movimento. Em terceiro, pela aceitação de novas estratégias e táticas de ação que passam a ser adotadas no decorrer da configuração e desenvolvimento dos conflitos e das negociações com o Estado. Em quarto, pelo surgimento de novas lideranças, cujo carisma e determinação frente às lutas muito contribuem para sua unificação. E por último, como decorrência destas mudanças internas, pelo nível de coesão e, por consequência de força que o movimento passa a expressar no desenvolvimento de ações coletivas e por suas repercussões na sociedade.

Nas ações coletivas desse movimento podem ser reconhecidos claramente três tipos de condutas: *as condutas de mobilização e organização da categoria, as condutas de enfrentamento do conflito, as condutas de mobilização da comunidade educacional e da sociedade baiana como um todo*. Essas condutas não ocorrem nunca isoladamente. Ao contrário, são sempre complementares e inter-relacionadas e, em cada uma delas podem ser encontradas algumas subcategorias.

*As condutas de mobilização e organização da categoria*, coincidindo com a abertura política, ainda que incipiente, que ocorre na Bahia nos anos 80,

são as que mais evoluem. Observa-se que o uso dos processos de decisão coletiva em reuniões e assembléias é uma praxe. Todavia, o que muda é que passam elas a ocorrer com maior freqüência nas escolas e colégios, tanto na capital como no interior, evidenciando assim, a retomada de um trabalho a partir das bases da categoria, com a participação ativa dos professores, em seu próprio local de trabalho, ou onde possam eles ser congregados com maior facilidade. Ao lado disso, são feitos debates, e mais tarde, seminários, encontros e congressos de professores a nível regional e nacional para ampliar a conscientização, a mobilização e organização dos professores.

O grande salto qualitativo é dado, no entanto, por dois fatos políticos que ocorrem no interior do movimento. O primeiro se dá quando a Associação dos Professores Licenciados da Bahia (APLB) impedida muitas vezes de promover reuniões em unidades escolares e em outros prédios da Secretaria de Educação, resolve, a partir de 1985, organizar, passo a passo, os professores por suas zonas de trabalho. As zonais (MOREIRA, 1993, p. 142),<sup>20</sup> aglutinam, progressivamente, os professores da capital e do interior do Estado, reunindo-os por grupos nas escolas, ou por bairros, nas grandes cidades, ou ainda em cidades maiores, centrais em relação a outras menores, no interior do Estado. O segundo ocorre quando, na mesma época, há a mobilização da categoria para eleição de representantes da APLB nas escolas, e a criação do Conselho Geral de Representantes da APLB.

Deflagrado o processo de reorganização do movimento, ao todo já em 1991, existem 10 zonais na capital e 35 no interior,<sup>21</sup> cujo papel, além de organizar os professores, conscientizá-los e mobilizá-los, é de preparar e realizar estratégias e táticas de ação rápidas, que se justificam pela necessidade crescente de resposta imediata do movimento, em termos unitários, durante os momentos mais tensos dos conflitos com o Estado.

---

<sup>20</sup> Santos (1993) apresenta extensa descrição dos processos de mudanças internas da APLB que levam à criação e organização das zonais. Além desse trabalho, foram utilizados nesta pesquisa alguns documentos internos da APLB que tratam da organização das zonais.

<sup>21</sup> Jornal **A Tarde** de 15/3/91.

Nas zonais são então preparadas as formas de protesto, o planejamento das atividades dos dias de greve e das paralisações. Seus representantes fazem-se presente no Conselho Geral de Representantes da APLB, procedendo à avaliação contínua do movimento durante os conflitos.

Internamente, o movimento dos professores ainda se organiza em termos de comissões para desenvolvimento das diversas atividades decorrentes da deflagração e negociação dos conflitos. Antes das greves, os professores decretam o estado de greve, processo contínuo de mobilização dos professores, nessa forma de ação coletiva. Durante as greves, fazem recolhimento de recursos nas escolas para fundo de greve e, reorganizam o movimento no próprio processo de luta, através de reuniões para discussão do andamento das negociações e troca de informações sobre propostas e respostas do Estado. E, quando de seu término, realizam o planejamento coletivo da retomada do ano letivo.

Todas estas mudanças internas não se dão, no entanto, sem conflitos internos. De fato, o movimento em muitos momentos se divide face à presença de correntes político-partidárias, e notadamente em relação a questões de princípios, formas de ação coletiva, de resposta ao Estado, etc. Mas, as diferenças político-ideológicas entre suas lideranças não chegam a comprometê-lo significativamente porque não ultrapassam os limites da APLB e são quase sempre transcendidas no cotidiano da lutas dos professores, em função de seus objetivos maiores (SANTOS, 1993, p. 135)<sup>22</sup> e de sua forma de organização e decisão coletiva.

Estas mudanças internas da organização da APLB, estão relacionadas com os dois últimos marcos históricos desta entidade. O primeiro, que se situa no contexto do início dos anos 80, onde a repressão político-ideológica ainda se expressa com intensidade e, que por isso mesmo, provoca lutas pela liberdade e autonomia sindical, com o pressuposto que os trabalhadores devem ser livres e organizados, para decidir sobre suas propostas, reivindicações e ações. O segundo marco, contextualizado

---

<sup>22</sup> As matérias do jornal **A Tarde** de 4 e 10 de outubro de 1985, referem-se também a estes conflitos internos da APLB e sua transcendência face à necessidade de união da categoria no enfrentamento com o Estado.

na redemocratização do País, após 1985, vem a se caracterizar como democracia sindical, quando há a transformação da Associação em Sindicato (SANTOS, 1993, p. 135). De fato, a partir de 1989, a APLB já não é mais uma associação somente dos professores, mas sim, o sindicato de todos os trabalhadores da área de educação da Bahia.

*As condutas de enfrentamento do conflito* surgem com o encaminhamento às autoridades do Estado das reivindicações dos professores. E desdobram-se em processos ou de negociação, de paralisação, de radicalização, de suspensão, ou de retomada desta a partir de contra-fatos, sejam atitudes, posturas e respostas do governo estadual dirigidas ao movimento dos professores.

De início, a relação é estabelecida com o Secretário de Educação através de audiências, onde são entregues *dossiês* sobre perdas salariais, estudos sobre a perda do poder aquisitivo dos salários dos professores, memorial sobre a situação dos professores, ou onde são apresentadas as condições de trabalho e exercício do magistério e das unidades escolares. Todo este conjunto de ações definindo-se, portanto, como numa tentativa de abertura de diálogo para a negociação das reivindicações.

Mas, nem sempre o diálogo se estabelece. Às vezes a receptividade às negociações é logo adiada ou negada. As negociações passam a ser dirigidas, neste caso pelo governador do Estado, que é, na verdade, quem determina a maior ou menor sensibilidade do governo às reivindicações dos professores, direcionando os comportamentos do secretário estadual. Nestes contextos adversos, ocorre então a necessidade do movimento recorrer a outras formas de encaminhamento de suas reivindicações, já agora usando advertências, ameaças, protestos públicos. É neste sentido, que são preparadas e realizadas as paralisações e as greves que podem durar dias ou vários meses.

Começam assim também, os questionamentos públicos às atitudes do Estado, sobre a situação do ensino na Bahia ou sobre o não atendimento das reivindicações do movimento. Os professores fazem denúncias públicas como as de descumprimento do Estatuto do Magistério ou

as de patrulhamento ideológico e repressão policial, e de desvios de verbas para fins de propaganda político-partidária, de mordomias e corrupção no governo. Surgem ainda as greves de ocupação das escolas e outros prédios públicos,<sup>23</sup> as invasões pacíficas, ou não, dos prédios da Secretaria de Educação e de outros órgãos governamentais.<sup>24</sup> Organizam-se tribunais públicos para julgamento popular de greves, ou da atitude do Estado em relação aos grevistas.

Na medida em que os conflitos se radicalizam, são realizados atos públicos contra as autoridades governamentais; ações coletivas são levadas à Justiça do Trabalho,<sup>25</sup> como as que requerem o cumprimento de dissídios coletivos. Desmentem-se publicamente as manipulações de dados sobre salários, os índices falaciosos de aumentos, e as atitudes de desqualificação dos professores, como forma de contraposição às tentativas de desmoralização e esvaziamento do movimento feitas pelo governo.

Em represália à não negociação por parte das autoridades governamentais surge, por exemplo, a desobediência às portarias regulamentares da Secretaria de Educação e Cultura. Há momentos de tensão e impasses nas relações com os representantes do governo do Estado, em que o movimento dos professores chega até a pedir intervenção do Ministério de Educação e Cultura, ou a demissão do Secretário de Educação.

As várias outras formas de expressão pública de protesto, portanto, de enfrentamento do conflito, por vezes assumem a característica de *condutas de mobilização da comunidade escolar e da sociedade em geral*. Com os alunos e seus pais, os professores discutem a greve e seus efeitos, apresentam o estágio das negociações para seu término, e ao seu final, definem a reposição de aulas, ou o novo calendário escolar.<sup>26</sup> Algumas vezes criam-se comissões mistas de professores e estudantes para avaliação da situação do ensino, ou para encaminhamento das reivindicações. Em

---

<sup>23</sup> *Tribuna da Bahia*, 10/7/91.

<sup>24</sup> *A Tarde* de 22/8/90.

<sup>25</sup> *Tribuna da Bahia* 27/7/91.

<sup>26</sup> *Jornal A Tarde* de 12/7/85, de 1, 13, 18, 24 de novembro de 1985; 13/11/87; 22/8/89; 25/7/91 e de 12/8/91 apresenta maiores referências aos apoios dos estudantes e das comunidades ao movimento dos professores estaduais.

outras, as comissões são formadas por entidades representativas dos professores, dos estudantes (UMES) e das comunidades (FABS) para avaliação das condições das escolas.

Reunidos na Associação dos Professores Licenciados da Bahia (A-PLB), na Oposição Sindical e na Associação dos Professores do Interior do Estado da Bahia, os professores recebem apoio efetivo nos momentos de maior intensidade de seus conflitos com o Estado. Assim, o movimento se estende no espaço social na busca do apoio político para suas reivindicações. Este apoio se expressa por abaixo-assinados, que são passados na comunidade extra-escolar, para endossar as reivindicações da categoria; de entendimentos com os políticos e seus partidos, para mediar as negociações ou para trabalharem nos projetos de lei de interesse dos professores; a partir da solidariedade ao movimento dada por intelectuais, outros educadores, outras categorias e entidades profissionais e outros grupos organizados da sociedade baiana, que publicamente se manifestam.

Não raro, aos professores associam-se: os advogados e membros da Ordem dos Advogados da Bahia, que os defendem e defendem suas causas; os economistas, ligados ao Conselho de Economia da Bahia, que calculam as perdas salariais e os reajustes que devem perceber face aos índices inflacionários do País; e ainda, membros da igreja católica como seu Arcebispo Primaz, colocando-se como mediadores dos conflitos, principalmente, nos momentos dos grandes impasses. O movimento atua ainda junto à imprensa, dando notas oficiais, entrevistas coletivas, tornando público o conflito que é de interesse da comunidade e que, por isso mesmo, a depender de sua condução pode afetar a imagem das autoridades e do governo.

A ação de mobilização da sociedade se dá com muita criatividade, e com apelo a recursos que atingem às finalidades do movimento de informar e denunciar suas relações com o Estado e capitalizar o apoio da sociedade. Nestas manifestações são defendidas não só as reivindicações dos professores, mas também, a educação pública e gratuita, a liberdade de expressão. Delas não só participam os professores da rede estadual,

mas, os de outras redes de ensino, além de estudantes, membros e líderes de outras categorias profissionais e de entidades não-governamentais, educadores, intelectuais, políticos, enfim outros atores sociais que apoiam os professores e vêm esta luta como a extensão das suas próprias.

Desta forma, são feitas caravanas, carreatas,<sup>27</sup> buzinaços,<sup>28</sup> uso de carros de som pelas ruas, com apelos populares. Panfletos e documentos sobre a situação do ensino, dos professores, do movimento, contendo denúncias de perseguições, punições<sup>29</sup> e de corrupção, são distribuídos nas ruas, nas praças, nas praias, nos ônibus e até nos campos de futebol. O uso de cartazes e faixas contendo informações e denúncias é feito na tentativa de pedido de apoio das torcidas organizadas dos times.<sup>30</sup>

Ao lado disso, aparecem vários *outdoors* nas ruas, sobre as atitudes do governo. Aulas públicas realizam-se nas principais praças da cidade para a população que as quer assistir. Igualmente ali também são realizados bazares, feiras e nas ruas são cobrados pedágios, como formas de obter recursos para o fundo de greve. Shows com participação de artistas populares e outros eventos culturais, também são promovidos, canalizando em geral, simpatias da população baiana para o movimento.

No mesmo sentido, vigílias são programadas para lugares públicos de grande movimento, de forma a acompanhar as negociações ou tramitação de projetos e leis relacionadas com as reivindicações dos professores. Plebiscitos são realizados nas escolas e nas comunidades para a avaliação da qualidade de ensino. Passeatas de protesto são organizadas e marcadas para o dia da independência da Bahia,<sup>31</sup> ou dia do professor.

---

<sup>27</sup> Carreatas são passeatas feitas em veículos como carros, camionetas, caminhões, etc.

<sup>28</sup> Expressão usual no Brasil, quando da utilização de buzinas e outras formas de sons para chamar a atenção da população nas manifestações de rua pelas cidades.

<sup>29</sup> O jornal **A Tarde** publica matérias sobre as punições dos professores também para as greves de 1982, 1985, 1988, 1990 e 1991; e o jornal **Tribuna da Bahia** para as greves de 1982, 1984, 1985, 1986, 1988 e 1991.

<sup>30</sup> **Tribuna da Bahia** de 2/12/85.

<sup>31</sup> O Estado da Bahia comemora a data de sua independência do povo português no dia dois de julho, com manifestações cívicas e culturais sempre muito significativas, que mobilizam a sociedade política e civil. Esta comemoração se deve ao fato que os portugueses, na Bahia, resistiram por quase um ano à proclamação da independência do Brasil feita em 1821. Trata-se de uma data importante para toda a população e os protestos nela realizados sempre encontram muita ressonância política.

Em muitos atos de protesto (caminhadas, concentrações e manifestações) são vendidos adesivos alusivos as campanhas salariais dos professores ou aos planos econômicos do governo, do tipo “**plano verão, plano ladrão**”. Campanhas, como a do “S.O.S. EDUCAÇÃO” e “A EDUCAÇÃO NA BAHIA E O CAOS, O ENSINO VAI MAL E SALÁRIO BEM PIOR”, são realizadas,<sup>32</sup> para denunciar a omissão do governo estadual em relação à situação do ensino e do magistério.

A religiosidade, o misticismo e as tradições culturais baianas estão presentes no movimento dos professores estaduais, quer através das missas em praça pública, quer através da caminhada à Igreja do Bonfim,<sup>33</sup> símbolo máximo do sincretismo religioso, de fé e de expectativa de realização das aspirações impossíveis, de congregação de grupos organizados da sociedade em seus processos coletivos de integração por causas comuns, enfim, símbolo também, das maiores manifestações cívicas do Estado da Bahia.

O movimento pode participar ainda, em função de suas próprias reivindicações, de outras lutas da sociedade brasileira da década de 80.<sup>34</sup> Assim, integra-se ao movimento nacional dos professores, a exemplo da mobilização nacional pela aprovação da Emenda Calmon, de 25% de verbas do orçamento para a Educação, ou da inclusão de emendas na Constituição de 1988, ou de movimentos considerados de interesse de todos os profissionais da Educação e das classes populares em especial, como o que tenta garantir o ensino público e gratuito em todos os níveis de ensino no país;<sup>35</sup> e participa ainda de outros eventos nacionais como

---

<sup>32</sup> Jornal **A Tarde** de 11/3/89.

<sup>33</sup> **A Tarde** de 24/11/85.

<sup>34</sup> Uma síntese das “Demandas sociais pela educação no Brasil nos anos 80” é apresentada por Gohn (1992, p. 56-76).

<sup>35</sup> A Referência é feita ao FÓRUM NACIONAL DE DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, que tem sua atuação na elaboração da Constituição de 1988 analisada por GOHN (1992, p. 77-97), que enfatiza sua importância não só enquanto luta pela escola pública, como pela forma como se constituiu e como encaminhou as demandas educacionais de meados da década de oitenta. Neste sentido, pode-se assinalar seu caráter de resistência às políticas neoliberais privatizantes, de vigilância permanente na construção das novas leis para o sistema educacional e de fortalecimento da cidadania através de suas tentativas de garantir o acesso à instrução, à cultura, às informações, à ciência e à tecnologia. É inegável a importância desse Fórum para os avanços educacionais da Constituição de 1988. (Gohn, 1992, p. 95-96).

do Congresso da União Nacional dos Trabalhadores da Educação. Os professores envolvem-se também com lutas maiores que englobam suas reivindicações, como é o caso de sua adesão ao movimento contra a carestia, ao dia nacional de luta contra arrocho salarial. Aderem, solidarizando-se a outros movimentos por toda a década de oitenta, através de sua representação em eventos de outras entidades, como o do julgamento do governo do Presidente Figueiredo. Participam ativamente de toda a campanha das Diretas Já,<sup>36</sup> e outras relativas à redemocratização do País, ou ainda, da mobilização da sociedade baiana de 1986, na Campanha Muda Bahia, que canaliza as expectativas da população para a transformação política do Estado, ainda nas mãos de suas forças mais conservadoras.

Considera-se, portanto, que o movimento dos professores, como os demais movimentos sociais, tem, não só sua própria temporalidade, como uma extensão espacial em grande medida definidas por suas formas de ação coletiva (CALDERÓN e JELIN 1987, p. 76). É um fato, que no decorrer dos anos oitenta, este movimento passa, pouco a pouco, a se estender no espaço social e ganha força e expressão junto à comunidade. E que todas as ações coletivas desencadeadas pelos professores têm sentido no contexto das formas de negociação, e nelas das atitudes das autoridades governamentais em relação às reivindicações por eles encaminhadas.

## AS NEGOCIAÇÕES

Na medida em que os professores empreendem uma ação que visa a modificar as decisões que são tomadas pelo Estado, no quadro das políticas educacionais, os opositores do movimento dos professores são os que detêm o poder sobre o sistema público de ensino na Bahia.<sup>37</sup> Não

<sup>36</sup> Movimento em torno do restabelecimento da democracia no País, por meio de eleições diretas para a Presidência da República (Gohn, 1995, p. 30).

<sup>37</sup> Os conflitos se dão quase sempre na esfera do Governo Estadual, mais específica e diretamente com os Secretários de Educação e Governadores de Estado. Mas, podem também ser reconhecidos como atores do Estado, deputados estaduais da situação, funcionários do alto escalão do Governo Estadual, como o chefe da casa civil e outros Secretários de Estado, diretores de departamentos da Secretaria de Educação, e, ainda, outras autoridades como o Presidente da Congregação Nacional dos Municípios e Ministros de Estado. É com estes opositores do movimento que os professores tentam negociar suas reivindicações.

que os professores tenham um posicionamento contrário ao governo do Estado, mas sim, porque se encontram em oposição àqueles que detêm o poder na determinação dessas políticas e por conseqüência, no atendimento de suas reivindicações.

É por esta razão que os professores estaduais estruturam um movimento social, enquanto luta que procura aumentar sua influência sobre seu campo de atuação e que os atores desse movimento e os do governo do Estado se colocam como adversários na busca de influência sobre um conjunto de decisões, sem que ambos tenham uma consciência clara de suas próprias definições como atores e adversários.

Neste contexto, as negociações se impõem para a resolução de conflitos entre movimento dos professores e autoridades estaduais. E é a partir do cenário conflitivo, configurado pela divergência entre as reivindicações dos primeiros e as decisões e orientações dos segundos para a política educacional, que as formas de interação entre estes atores se estabelecem.

Na abertura das negociações os professores estaduais utilizam-se de condutas de pressão<sup>38</sup> política a nível institucional, tentando aumentar sua influência sobre a tomada de decisões dentro dos limites definidos pelas orientações que lhes são impostas. Situam-se no interior do sistema educacional e adotam procedimentos legítimos. Estas pressões, geralmente, são decorrentes de suas reivindicações imediatas, com uma progressiva consciência de seus direitos.

Os professores desenvolvem também ações reivindicatórias, pela melhoria da posição relativa ao interior do sistema de ensino. Enfrentando as autoridades, desenvolvem condutas de bloqueio, quando não podem obter um melhor acesso à decisão dentro dos quadros institucionais existentes, a exemplo das constantes greves que realizam. Por vezes, este movimento em confronto direto com seu adversário, procura ainda in-

---

<sup>38</sup> As referências aos conceitos de movimento social e às condutas de pressão, bloqueio e reivindicatória apóiam-se na obra de Alain Touraine, especialmente em *L'après socialisme*, Paris (1980, p. 146 -147), *Production de la société* (1973, p. 347- 367) e em *La voix et le regard* (1978, p. 104 -113).

terferir nas decisões sobre o sistema educacional, sem conseguir que sua legitimidade seja aceita por seus adversários.

Nas análises realizadas sobre os processos de negociação entre Estado e movimento dos professores, observam-se algumas formas de interação que estão presentes nas entrevistas, conversas, discussões, nas declarações, nas notas públicas das autoridades governamentais e nas próprias negociações, que decorrem de dois fatores: a incerteza de uma resolução que seja favorável principalmente aos atores do Estado; e, as atitudes de competição, de afirmação e autoritárias, que contribuem para colocar os protagonistas na direção dos objetivos que buscam.

Nestas formas de interação, os atores em conflito se colocam, não como meros opositores, mas, como antagonistas, e, até declaradamente, como inimigos políticos. Os processos de negociação constituem-se, na maior parte das vezes, num enfrentamento. Durante as negociações é abordado um conjunto de outras questões, antes mesmo de se chegar objetivamente à divergência existente. A negociação parece não evoluir, parece estática.

Na segunda metade dos anos 80, os atores do movimento dos professores e do governo do Estado agem sempre colocando-se uns contra os outros. Assumem atitudes defensivas, têm resposta para tudo, não cedem em nada. Existe, por parte do movimento, uma certa agressividade, que se justifica pela perspectiva do fracasso. Há na negociação uma tensão que gera, na maioria dos enfrentamentos, rompimentos cheios de hostilidades mútuas, de animosidades. A discussão de má qualidade substitui o diálogo. Os atores de ambos os lados do conflito investem na controvérsia e na crítica.

Nos momentos em que predominam lideranças autoritárias no governo do Estado, a negociação assume as características de um jogo de forças. Esses atores dão a tônica da orientação do confronto, dominando e manobrando o processo de negociação. É uma relação desequilibrada, em que a autoridade se impõe e impõe o que quer, inclusive com a vio-

lência política e policial<sup>39</sup> para mostrar-se como o mais forte. É comum ocorrerem ameaças de atitudes punitivas arbitrárias (como suspensão de pagamento, demissões) que levam os professores, quando não suficientemente organizados, a recuar em suas reivindicações.

Os atores do governo utilizam-se, em alguns momentos, das atitudes de persuasão, quer pela pressão, quer por ações com efeitos de exemplaridade.<sup>40</sup> Em geral, inspiram-se em questões de princípio, impondo sua autoridade, exigindo o engajamento e a acomodação. Usam discursos eloqüentes que apelam para os sentimentos de civilidade. Nesta negociação, a autoridade e a atitude de superioridade constituem o obstáculo maior ao diálogo. O líder autoritário ignora seu interlocutor. Descobrem-se nele indicadores de auto-referenciamento, quando ele se percebe como promotor de uma solução considerada para o bem da comunidade baiana.

Na interação desequilibrada, a negociação não está, no entanto, afastada do fracasso, porque não é baseada necessariamente na competência, na experiência, no conhecimento, ou na politização. A manipulação e a desqualificação podem induzir os professores a atitudes de submissão e indiferença, a sentimentos de impotência, ou leva a relações polêmicas, se o movimento dos professores não desenvolve formas de reação imediata, de desmascaramento de atitudes, como acontece a partir de 1985 e principalmente quando da criação da organização dos professores através das zonais.

No período de redemocratização, quando o uso da força, da coerção, da violência não são mais aceitáveis, a ação de negociação é mediada por processos de manipulação. A incerteza do jogo democrático faz com que os atores do Estado manobrem e escolham o meio mais eficaz de afastar seu adversário e assegurar seus próprios interesses. A negociação tem por determinação modificar comportamentos. Os manipuladores

---

<sup>39</sup> **Tribuna da Bahia** de 13/11/86 e **A Tarde** de 19/5/82 e 2/8/91.

<sup>40</sup> **Jornal da Bahia** de 11/5/82; **A Tarde** dos dias 2, 4, 7, 8, 9, 11, 18 e 30 de maio de 1982, 3/6/82 e 21/7/82; **Tribuna da Bahia** dos dias 11, 12, 17, 19, 20, 21, 28, 29 e 31 de maio de 1982.

dissimulam seus atos para negar a existência de seus adversários e suas próprias contradições. Nesta prática, são comuns a intimidação, a chantagem, a provocação, a dissimulação, as atitudes de contorno e de engano.<sup>41</sup> Concretizam-se dessa maneira os efeitos perversos sobre o diálogo, indicando um cenário também perverso para a relação entre os atores em conflito (BELLENGER, 1984, p. 62-63).

Nas negociações, é também usual a tática da culpabilidade. Ataques são feitos aos professores, quer demandando-lhes explicações sobre suas atitudes e ações contra o governo do Estado, quer responsabilizando-os pelo fracasso escolar e abandono dos alunos sem aulas, quer demonstrando, por vezes de forma dramatizada, a amplitude do dano causado pelas greves ao aluno e à sociedade em geral; quer lembrando aos professores a importância da missão educacional em torno da qual devem trabalhar para o bem da sociedade e do País.

Por outro lado, nas negociações pode ser utilizada a manipulação que consiste em oscilar entre a dissimulação e o contorno dos objetivos em debate, de forma a desestabilizar o movimento. Os atores do governo do Estado da Bahia, sobrelevando questões éticas e morais, infringem a regra de confiança, admitida como norma mínima na prática da negociação, porque desrespeitam seu adversário.

Os métodos utilizados nas negociações com os professores são variados. De um lado, pode ser o da intimidação, que traz o medo, através de insinuações, advertências, ameaças. De outro, pode ser caracterizado por condutas que perturbam a interação, como as de uso de mensagens contraditórias, que contêm um elemento chave da ação do adversário, desestabilizando sua posição no processo de negociação.

Usa-se também a tática de primeiro negociar, com argumentos e princípios, para depois, explorar os desentendimentos, as posições político-ideológicas, político-partidárias e até da vida profissional ou pessoal e mesmo as características de personalidade de líderes do movimento dos professores, para com isso ganhar aliados.

---

<sup>41</sup> **Tribuna da Bahia** de 28/5/82.

Neste sentido, há negociações que utilizam processos de desqualificação ou desvalorização, com a transgressão deliberada de todos os princípios éticos. Estes processos de desqualificação se dão quando o que está envolvido no conflito é muito importante, quando a divergência entre os atores é profunda. Os que estão em situação mais desconfortável no conflito, em vista da perspectiva de um fracasso desqualificam seus adversários, como último recurso antes de um fracasso. Ocorrem também quando a relação está muito desequilibrada e o grupo mais forte pode explorar a situação e perseguir os mais fracos para diminuí-los um pouco.

Algumas das formas de desqualificação utilizadas durante os conflitos mais intensos são os ataques pessoais, as provocações, a calúnia, a ironia, a difamação, o escândalo e o rumor. Como forma de enfrentá-las o movimento de professores mantém-se em vigilância constante, evitando, quando possível, climas propícios a réplicas do mesmo nível. Ou ainda, ignora as provocações que sofre, recolocando a questão sobre o objetivo perseguido e a relação conflitiva sobre uma nova forma de interação.

Vale ressaltar que, embora seja uma prática comum aos governantes autocráticos, a desqualificação pode ser utilizada pelos professores, como represália. Assim, no contexto destes conflitos, revela-se tanto como uma vontade de dominação e como uma forma de revolta frente à dominação.

Pode-se indicar, portanto, que, na maioria dos casos, as negociações, entre estes atores, não se desligam de um contexto conflitivo. Elas se inserem e se articulam no conflito que as justificam, apresentando uma lógica própria. Nestas negociações conflitivas sempre há um ganhador e um perdedor. E suas formas de interação são nitidamente de oposição. Só existe entre eles um ponto comum, que é o fato de terem renunciado à decisão unilateral, mesmo que a visualizem sempre durante o processo de negociação.

Vários fatores possibilitam a abertura ou a continuidade das negociações e a não opção pelo conflito declarado. Em primeiro lugar, está a existência de uma relação de interdependência que limita os projetos e as margens de tomada de decisão dos atores, principalmente quando salários e emprego dos professores e até a reputação destes e dos atores do governo estão em causa. Em segundo, a pressão exterior, também é restritiva dos conflitos, quando os atores exercem papéis na sociedade enquanto profissionais, autoridades, governantes. Em terceiro, a negociação é aceita ou rapidamente esgotada quando existe a possibilidade de perda de terreno político, ou a própria constatação de uma perda política. Em quarto, ela é estabelecida e pode ter continuidade porque os atores desejam se manter à parte de papéis, que a relação de forças no momento da negociação impõe, acreditando que a abertura de hostilidades, ou o prolongamento de uma greve sejam mais custosos que os ganhos e as perdas admitidos neste processo de negociação. Em quinto, porque, às vezes, um dos atores da negociação conta com sua capacidade de negociar, para salvar a sua própria imagem e recuperar algumas vantagens que o adversário possa lhe conceder, para evitar a continuidade ou os desdobramentos do conflito (BELLENGER, 1984, p. 38).

Nas negociações, o que supõe um certo risco e que não se confunde com o objetivo a ser atingido, ou com os resultados, é para os governantes a sua própria autoridade, liderança e reputação na condução dos negócios do Estado, no que tange à sua responsabilidade política frente às classes sociais nele representadas. Enquanto que para os professores o que importa é inicialmente a sua liberdade de expressão, de mobilização e organização, que progressivamente se associa à sua valorização profissional. Em um, como em outro momento, o que está sendo arriscado está ligado, em termos secundários, às vantagens que podem adquirir os professores com o atendimento de suas reivindicações, notadamente no sentido da intervenção nas políticas educacionais no que diz respeito às medidas relativas à melhoria de suas condições de trabalho e exercício profissional e de melhoria da qualidade do ensino.

De fato, quando autoridades do Estado e os atores do movimento dos professores têm a disposição de negociar é porque aceitam a existência de um conflito e a necessidade de agir sobre uma situação conflitiva, seja para neutralizá-la, quando ela se torna eminente, seja para evitar a sua radicalização, seja para tentar sua resolução. Em toda negociação uma decisão política precisa ser tomada necessitando do acordo dos atores do conflito. É por isso mesmo que ela é um confronto e um acerto, que se restringe na maioria das vezes a um compromisso, que reduz diferenças de posição, ou reforça um acordo preservando estas diferenças, que, em geral, também se expressam através de relações de força, de poder.

A negociação tem sempre, portanto, uma conotação política e leva à noção de reconstrução e de mudança da situação conflitiva. Aparece como uma conduta da mudança aceita coletiva e conscientemente. Estas mudanças, sejam impostas ou desejadas, ensejam negociações, que podem ser percebidas, do ponto de vista positivo, como uma capacidade de todos de participar nas decisões coletivas.

Na verdade, somente quando a divergência não pode ser resolvida pela autoridade superior, por um referencial jurídico ou por uma aceitação mútua, é que a negociação se impõe. Mas, se de todo modo, a autoridade, o direito e a força existem e persistem, consolidando diferenças, a negociação é apenas um paliativo para o conflito, como uma técnica utilizada de forma integrada à uma estratégia global.

No entanto, isto não implica que todas as negociações tenham sido iguais. Pode-se dizer que na década de oitenta, cada negociação entre os atores deste conflito contínuo tem sua própria estrutura e sua própria dinâmica. De um lado, porque nos dois lados do conflito há mudanças de protagonistas, e em diferentes momentos, ocorrem formas diversas de representação que os protagonistas fazem da negociação. Assim, podem elas ser vistas, em alguns momentos, como uma discussão inútil; de outro, como uma chance de entendimento; de outro ainda, como um mero ritual anual imposto pelo contexto sócio-econômico do País. Mas em

poucos momentos, como um progresso político-social, ou uma forma legítima da participação dos professores nas decisões da política educacional baiana.

Nas negociações que resultam em alguns ganhos para o movimento dos professores o confronto entre estes e os representantes do governo do Estado evolui pouco, de acordo com a vontade dos seus protagonistas, sobretudo desses últimos. Esta evolução, quando ocorre, se faz no sentido de dosar alguns conflitos e de estabelecer cooperações para desanuviar a cena política, sem, todavia, implicar na opção política pela resolução dos conflitos, respeitando os direitos dos professores e da sociedade.

As condições de negociações dos conflitos praticamente não mudam, uma vez que são eles sempre tensos e mesmo permeados pela interferência da violência simbólica e, por vezes, policial. Sem dúvida alguma, os conflitos entre Estado e movimento dos professores chegam a parecer em vão. As poucas vitórias obtidas não chegam a ser significativas no quadro da política educacional. De forma que, em todas as perspectivas desse movimento, observa-se, por toda a década de oitenta, uma continuidade sem fim de conflitos.

No caso do movimento dos professores, se a negociação existe, dificilmente ela se realiza enquanto equilíbrio de ganhos e perdas, de concessões e novos equilíbrios entre os atores. Isto porque estes conflitos educacionais, em geral, são de enfrentamento, conflituais e mistos, gerando negociações do mesmo tipo e raramente de entendimento. É rara a procura do melhor acordo possível com a preservação dos interesses recíprocos e o alcance de mudanças educacionais desejáveis. Quando a negociação existe ela é sempre parcial e constantemente adiada, dadas as desigualdades marcantes entre os dois pólos do conflito que são representados basicamente por atores da mudança e atores da conservação das desigualdades sociais.

Na Bahia, a interação entre os atores deste conflito assume um caráter de uma relação de dominação, de relação de oposição ou de uma

relação de negação. Raras vezes desta negociação surge o entendimento, enquanto disposição de reaproximação, de busca de coerência, de participação, sob a coordenação de vontades e esforços políticos pela melhoria das condições educacionais. Parece que na base destas dificuldades de negociação encontram-se diferenças entre os representantes do governo do Estado e os do movimento dos professores, que não partilham das mesmas intenções de construção de um projeto social comum para a educação na Bahia.

## CONCLUSÕES

Como assinala GOHN (1997, p. 263), *as conquistas e derrotas de um movimento são balizas importantes para explicar seus fluxos e refluxos*. Deve-se, portanto, observar o que se produziu e criou nestas negociações, quais foram os ganhos e as perdas do movimento dos professores, neste longo e interminável processo de negociações conflituais e mistas, raras vezes permeado de negociações cooperativas, ou de integração.

Os atores do governo do Estado da Bahia, parecem demonstrar uma falta de sensibilidade no encaminhamento da solução dos conflitos com o movimento dos professores. As únicas respostas positivas são as concernentes a questões de ordem imediata, cuja solução se torna inevitável ou inadiável. Em relação às outras reivindicações, eles as ignoram ou rejeitam. E, por consequência, os conflitos são sempre carregados de tensões de tal forma que as negociações não evoluem.

Nos casos em que houve uma evolução das negociações, ela se deu, sem dúvida, sob a influência tanto da conscientização dos professores, de sua mobilização e organização, como em função de acontecimentos externos ao conflito ou mais vastos que ele, tais como o próprio processo de redemocratização do País e do Estado da Bahia, a necessidade de recomposição das forças políticas locais e as pressões políticas que delas decorrem; como ainda, no mesmo sentido, a partir dos projetos de mudanças de outros movimentos sociais e do conjunto da mobilização da sociedade, em especial das classes populares em torno das questões

educacionais. De outro lado, mas com menor freqüência, em decorrência de fatores como as atitudes de alguns negociadores, seus princípios, seus valores e atitudes políticas durante as negociações.

As reivindicações encaminhadas pelo movimento dos professores permanecem, por isso mesmo, as mesmas das décadas anteriores e, até em fins dos anos 80, não são resolvidas. De fato, numa sociedade com intensas desigualdades sociais, a capacidade de construção de acordos entre atores em conflito não são freqüentes. As divergências são constantes e por vezes contínuas. As decisões são, em geral, desfavoráveis ao movimento e à coletividade.

No que diz respeito às questões salariais, as vitórias foram sempre parciais e custosas para o movimento dos professores. Os salários continuam baixos, defasados e só são aumentados, via de regra, mediante a mobilização intensa dos professores. O que lhes foi concedido não significa uma remuneração digna e condizente com o trabalho por eles desenvolvido.

Sem dúvida, a não colocação da educação como uma prioridade no quadro das políticas sociais além de sua utilização com fins políticos, pelos sucessivos governos do Estado da Bahia, referenciam claramente a desvalorização da atividade do magistério e, por conseqüência, a manutenção dos baixos e defasados salários dos professores. Esse mesmo referencial explica o fato do Estatuto do Magistério ter sido criado, regulamentado, demorada e progressivamente implantado, e estar ainda carecendo de uma revisão para garantia de todos os direitos dos professores.

De sorte que se o movimento dos professores não consegue atingir suas mais importantes reivindicações, ele contribuiu, na década de oitenta, para desvendar a falácia em que se constituía a política educacional baiana como de resto também aconteceu com outros movimentos, em outras regiões do País.

Do ponto de vista das condições de ensino e do sistema escolar, pouco foi obtido em conseqüência da própria política vigente. Mas, o papel do movimento dos professores é significativo para provocar, com

suas lutas, a determinação, por um largo período, da renovação de algumas escolas, notadamente na segunda metade dos anos 80. Pouco a pouco, o movimento vem se constituindo, por isso mesmo, como uma luta ampliada pelo ensino público e gratuito. Mas, não se pode dizer que esta sua interferência sobre as políticas de educação tenha provocado grandes mudanças ou ainda que o potencial de luta tenha se esgotado. Afinal, a resistência das forças políticas conservadoras representadas no governo do Estado da Bahia em relação a um projeto social que atenda as demandas educacionais da sociedade, tem sido maior que a força política do movimento dos professores.

No entanto, não se pode deixar de trazer à tona algumas conclusões mais alentadoras. A década de oitenta expressa um momento de transformações sócio-políticas em todo o País, e na Bahia, estas mudanças, ainda que com um ritmo lento, acabam por se produzir. No que diz respeito à participação dos professores nas lutas e movimentos educacionais, as análises realizadas indicam que suas reivindicações se ampliaram, no sentido de estarem agora mais relacionadas com seus direitos enquanto profissionais da educação e com as melhorias de suas condições de trabalho.

A consciência progressiva dos professores em relação ao conjunto de descaminhos da educação baiana, que a fazem mais excludente, tem, por seu turno, duas conseqüências fundamentais para a reformulação das bases do movimento dos professores. Primeiro, muda a percepção de seu papel na sociedade, porque além da competência técnica para o ensino, precisam eles assumir o compromisso político para a construção da cidadania. Segundo, e em decorrência desta nova percepção, cria condições para novos posicionamentos e mobilizações em torno da questão educacional baiana.

Desta maneira, a mais importante vitória do movimento talvez tenha sido que sua reorganização propicia uma maior conscientização do professorado, sua união profissional e o exercício de sua cidadania. Por estas razões, há na década de 80, uma transformação da ação coletiva

desencadeada pelos professores. Ela se torna mais variada e intensa, cada vez mais organizada e audaciosa no enfrentamento dos conflitos abertos com o governo do Estado.

Pode-se afirmar que os resultados alcançados pelo movimento dos professores estaduais da Bahia têm um caráter sempre parcial, tornando o movimento de uma extensão temporal ilimitada. E ainda, que nesse período, a luta dos professores esboçou seu poder de pressão na reconstrução das políticas educacionais, sem no entanto, esgotá-lo. O impacto do movimento dos professores sobre essas políticas não provoca amplas mudanças, devendo, por isso mesmo, continuar incentivando outras lutas.

De fato, as vitórias deste movimento são sempre restritas, porque circunscritas a um contexto de desequilíbrios entre os dois pólos dos conflitos. De um lado, os professores expressam a representação de um projeto de mudança e da cidadania e, de outro, as autoridades do governo são atores da manutenção das desigualdades sociais.

A canalização das esperanças para a cidadania e para construção de uma nova política educacional, alentada pela Constituição de 88, talvez tenha esvaziado muito as lutas em torno das questões educacionais. Mas, a partir dos anos 90, num novo cenário político, já há indícios de que novas formas de ação coletiva começam a ser buscadas pelos movimentos sociais, a partir do reconhecimento e do exercício de sua força no encaminhamento e na contribuição para a resolução das questões sociais no Brasil.

A autora caracteriza neste artigo as principais lutas do movimento dos professores estaduais da Bahia, na década de 80. Na primeira parte, tece considerações sobre as reivindicações dos professores pela melhoria das condições de trabalho, de exercício profissional e pela qualidade de ensino. Na segunda, discorre sobre as transformações das principais formas de ação coletiva desencadeadas pelo movimento, no contexto de redemocratização da Bahia. Na terceira, analisa as formas de negociação mais freqüentes entre atores do movimento e do Estado, que polarizam

relações conflitivas em torno das questões educacionais. Na conclusão, apresenta uma síntese dos resultados das lutas dos professores para avaliação do significado do movimento na construção e reconstrução das políticas educacionais na Bahia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELLENGER, L.  
1984 **La négociation**, Paris: Presses Universitaires de France.
- BOBBIO, N.  
1992 **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus.
- BORGES-GOMES, C.  
1984 **Um estudo da formação dos professores primários**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação.
- BORGES-GOMES, C.  
1997 **Etat et participation populaire, relations de pouvoir, construction et reconstruction de politiques d'éducation au Brésil**. Tese (Doutorado) Université de la Sorbonne Nouvelle, Paris III.
- CALDERÓN, F., JELIN, E.  
1987 Classes sociais e movimentos sociais na América Latina - perspectivas e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 67-85.
- COHEN, J. L.  
1985 Strategy or identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements, **Social Research**, v. 52, n. 4.
- COOMBS, P.  
1976 **A crise mundial da educação**. São Paulo: Perspectiva.
- DURHAN, E. R.  
1984 A construção da cidadania: **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 10, p. 24-31.
- DUPONT, L.  
s/d **La négociation, conduite, théorie, applications**. Paris: Les Editions d'Organisation.
- EDER, K.  
1985 The new social movements: moral crusades, political pressure groups, or social movements? **Social Research**, v. 52, n. 4, p. 869-890.
- EPSTEIN, B.  
1990 Rethinking social movement theory. **Socialist Review**, v. 20, n. 1, p. 35-65, jan/mar.
- FEHER, F., HELLER, A.  
1982 The antinomies of peace, **TELOS**, n. 53.
- GOHN, M. G.  
1992 **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez.

- GOHN, M. G.  
1995 **História dos movimentos e lutas sociais, a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola.
- GOHN, M. G.  
1997 **Teorias dos movimentos sociais, paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola.
- HABERMAS, J.  
1981 New social movements. **TELOS**, n. 49.
- HERKENHOFF, J. B.  
1989 **Dilemas da educação, dos apelos populares à constituição**. São Paulo: Cortez.
- HUYSEN, A.  
1982 Critical theory and modernity. **New German Critique**, n. 26.
- JACOBI, P. R.  
1980 Movimentos sociais urbanos no Brasil. **Boletim Informativo Bibliográfico de Ciências Sociais – BIB**, Rio de Janeiro, n. 9.
- JENKINS, J.C.  
1983 Resource mobilization theory and the study of social movements. **Annual Review of Sociology**, n. 9.
- KONDER, F.  
1987 **Educação, estado e poder**. São Paulo: Brasiliense.
- MAHEU, L.  
1983 Les mouvements de base et la lutte contre l'appropriation étatique du tissu social. **Sociologie et Sociétés**, v. 15, n. 1.
- MAHEU, L.  
1983 Crise sociale, mouvements sociaux et pratiques du changement social. **Politique**, n. 4.
- MELLO et al  
1987 **Educação e transição democrática**. São Paulo: Cortez.
- MELUCCI, A.  
1985 The symbolical challenge of contemporary movements, **Social Research**, v. 52, n. 4.
- MONTEZUMA, K.  
1996 **Movimento de professores e cidadania**, Terezina: Halley.
- OFFE, C.  
1984 Dominação de classe e sistema político. Sobre a seletividade das instituições políticas. In: **PROBLEMAS estruturais do estado capitalista**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 140-175 (Biblioteca Tempo Universitário, n. 79).
- PHARO, P., QUÉRÉ, L. (org.)  
1990 **Les formes de l'action**. raisons pratiques, 1, Paris: Ed. De l'Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales.
- PLOTKE, D.  
1990 What's so new about new social movements? **Socialist Review**, v. 20, n. 1, jan/mar., p. 81-102.

- QUÉRÉ, L.  
1990 Agir dans l'espace public, l'intentionnalité des actions comme phénomène social. In PHARO, P., QUÉRÉ, L. (org.) Les formes de l'action. **Raisons Pratiques**, 1, Paris: Ed. De l'Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales.
- SANTOS, N. M.  
1993 **O movimento dos professores da rede pública na Bahia 1952-1989**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação.
- THEEVENOT, L.  
1990 L'action qui convient. In: PHARO, P., QUÉRÉ, L. (org.) Les formes de l'action, **Raisons Pratiques**, 1, Paris: Ed. De l'Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales.
- TOURAINÉ, A.  
1988 **La parole et le sang. Politique et société en Amérique Latine**. Paris: Éditions Odile Jacob.
- TOURAINÉ, A.  
1986 As possibilidades da democracia na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 5-15.
- TOURAINÉ, A.  
1985 An introduction to the study of social movements, **Social Research**, v. 52, n. 4.
- TOURAINÉ, A.  
1984 **Le retour de l'acteur**. Paris: Fayard.
- TOURAINÉ, A.  
1983 La crise de la représentation politique. **Sociologie et Sociétés**, Paris, v. 15, n. 1, p. 131-140.
- TOURAINÉ, A.  
1980 **L'après socialisme**. Paris: Grasset.
- TOURAINÉ, A.  
1978 **La voix et le regard**. Paris: Éditions Dueuil.
- TOURAINÉ, A.  
1976 **Les sociétés dépendantes, essais sur l'Amérique Latine**. Paris: Duculog.
- TOURAINÉ, A.  
1973 **Production de la société**. Paris: Éditions du Seuil.
- TOURAINÉ, A.  
1973 **Le communisme utopique, le mouvement de Mai 68**. Paris: Éditions de Seuil.
- TOURAINÉ, A.  
1973 **Sociologie de l'action**. Paris: Seuil.